

09 DE MARÇO 2010

Terça-feira

- **MERCADO DE TRABALHO SE MOSTRA AQUECIDO EM 2010**
- **AS LIÇÕES DO IPI REDUZIDO APÓS 475 DIAS**
- **DIFERENÇA SALARIAL CRESCE EM CARGO DE NÍVEL SUPERIOR**
- **MULHERES LIDERAM 36% DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR NO BRASIL**
- **TROCA DE FUNCIONÁRIOS CHEGA A 40% AO ANO**
- **NOVO PRESIDENTE DA CNI SERÁ DE MINAS GERAIS**
- **MANTER A PRESSÃO PARA CONQUISTAR A SEMANA DE 40 H**
- **RFB DIVULGA NOVAS REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DO DACON**
- **IGP-DI REGISTRA VARIAÇÃO DE 1,09% EM FEVEREIRO**
- **COMISSÃO IRÁ ANALISAR A ASSINATURA BÁSICA DO TELEFONE**
- **INSS DOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E DOMÉSTICOS VENCE EM 15/03**
- **CÓPIA DA GPS DEVE SER ENCAMINHADA AO SINDICATO ATÉ O DIA 10/03**
- **CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE GERA INDENIZAÇÃO A EMPREGADA**
- **PROPOSTA SOBRE IGUALDADE DE APOSENTADORIA RECEBE CRÍTICAS**
- **QUOTAS DO IRPJ E CSLL VINCENDAS EM 31/3 TERÃO 1,59% DE JUROS**
- **PROPOSTA MODIFICA SIGILO BANCÁRIO EM CASO DE INQUÉRITO**
- **HORÁRIOS INVARIÁVEIS NÃO VALEM COMO PROVA DE HORAS EXTRAS**
- **MUDANÇA DE SETOR NÃO CARACTERIZA TRANSFERÊNCIA**

Câmbio		
Em 08/03/2010		
	Compra	Venda
Dólar	1,781	1,782
Euro	2,428	2,429

Fonte: BACEN

09/03/2010 – O Estado do Paraná

O ano de 2010 promete ser bom para quem está a procura de um emprego no Paraná. As 252 Agências do Trabalhador do estado registravam 14,1 mil oportunidades de trabalho. O motivo para euforia é a retomada da economia brasileira, que está gerando um crescimento no número de vagas.

De acordo com o diretor-geral da Agência do Trabalhador, Fernando Peters, a tendência é que este ano supere o número de pessoas colocadas no ano passado.

“Mesmo com a crise, foram preenchidas 160 mil vagas de emprego, fazendo da Agência do Trabalhador do Paraná como a principal do país, superando, inclusive, o estado de São Paulo, que fechou em 145 mil. Em janeiro e fevereiro de 2010, já colocamos 26.171 profissionais, índice superior ao do mesmo período em 2009, quando tivemos 22.064. Acreditamos que se não tivermos nenhum percalço, fecharemos o ano em 180 mil colocações no mercado de trabalho”, afirma.

O diretor-geral conta que houve um aumento no número de vagas para operador de telemarketing, serviços gerais e na construção civil. “No caso para operador de telemarketing, as vagas não exigem experiência, o que pode ser interessante para quem está atrás do primeiro emprego. Para quem tem experiência em trabalho industrial, esse ramo está bom. Uma única empresa em Curitiba deve entrevistar e contratar 100 pessoas”, informa.

Ele alerta porém para que as pessoas busquem sempre por qualificação. “Ficar parado pode ser prejudicial ao candidato. É interessante que ele busque tanto uma atualização nos conhecimentos profissionais quanto nos escolares”, diz.

Peters conta que as vagas não são apenas para Curitiba e região metropolitana. Ele garante que há uma grande oferta de trabalho para quem mora no interior. “Em Londrina há bastante vagas para serviços gerais, em Maringá tem boas oportunidades no ramo de confecção e enfermagem, em Umuarama há quase 250 vagas para trabalhar em plantações de cana-de-açúcar e usinas de álcool”.

Para fazer o cadastro, a pessoa deve procurar uma agência mais próxima com sua carteira de trabalho, identidade e CPF ou então por meio do site www.setp.pr.gov.br.

AS LIÇÕES DO IPI REDUZIDO APÓS 475 DIAS

07/03/2010 – Gazeta do Povo

Montadoras e concessionárias têm pouco mais de três semanas para convencer os brasileiros a comprar os últimos carros com o chamado “IPI reduzido”. Se não for prorrogada, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados termina em 31 de março, após 475 dias – 365 a mais que o planejado – e algo próximo de 3,7 milhões de automóveis vendidos, dos quais pelo menos 500 mil exclusivamente em razão do estímulo tributário.

Concebida para tentar estancar a violenta queda das vendas no início da crise, a medida alimentou o melhor resultado da história do mercado nacional. Três milhões de carros de passeio e utilitários foram vendidos em 2009, 340 mil a mais que no ano anterior. Um salto de 13%, que contrabalançou o tombo das exportações e garantiu um leve crescimento na produção nacional. Além disso, entre 50 mil e 60 mil empregos foram poupados em toda a cadeia automotiva graças à redução do IPI,

segundo levantamento divulgado em setembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Outro acerto do governo, este involuntário, foi provar que a redução de certos impostos é capaz de dar grande impulso à atividade econômica – e, por tabela, elevar a própria arrecadação. O mesmo estudo do Ipea mostrou que a União deixou de ganhar R\$ 1,82 bilhão no primeiro semestre de 2009 no IPI-Automóveis, mas, com o aumento das vendas, arrecadou R\$ 1,26 bilhão a mais em PIS, Cofins, CSLL, IR e em outras categorias de IPI. Uma diferença certamente compensada por duas receitas não incluídas no estudo – a arrecadação do ICMS nos estados, maior pela expansão das vendas, e a da Previdência, que cresceu em parte devido aos empregos mantidos ou criados no setor automotivo. Como bem avaliou o diretor de estudos macroeconômicos do Ipea, João Sicsú, “desonerar nem sempre dá resultado negativo”.

Escolhas

No entanto, o inegável sucesso da desoneração não esconde os defeitos das medidas adotadas pelo governo nem as incoerências de seus mentores. O primeiro porém foi o que os economistas chamam de “escolher os vencedores”. O governo adotou medidas pontuais que beneficiaram um ou outro setor, mas não o conjunto da economia, como ocorreria caso o ministro da Fazenda, Guido Mantega, levasse a sério sua promessa de desonerar a folha de pagamento das empresas.

A opção do governo, portanto, estimulou a deprimente prática do “pires na mão”, e quem não tinha lobby como o das montadoras passou meses na fila de espera por ajuda. As reduções do IPI de eletrodomésticos de linha branca e de materiais de construção, por exemplo, só foram decretadas em abril de 2009 – a primeira terminou em janeiro, e a segunda vai até junho. Fabricantes de móveis foram lembrados somente no fim de novembro, e seu benefício, brevíssimo se comparado aos demais, termina no próximo dia 31.

Com razão, o governo alegou que proteger a indústria automotiva significa dar sustentação a quase 25% de toda a produção industrial brasileira. Mas também é certo que as montadoras não precisavam da propaganda gratuita (e enganosa) feita pelo ministro Mantega nas ocasiões em que incitou consumidores a correr às concessionárias porque o fim (do IPI reduzido) estava próximo.

Verde por fora

Incoerências não faltaram no “IPI verde”. A louvável ideia de estimular as vendas de eletrodomésticos com baixo consumo de energia só entrou em vigor em novembro – talvez antes disso o quesito meio ambiente fosse dispensável. Com o mesmo pretexto ambientalmente correto, o governo prorrogou a vigência do IPI reduzido para os carros bicompostíveis no fim de novembro, às vésperas da conferência do clima de Copenhague.

Não é demais lembrar que havia anos esses veículos já respondiam por quase 90% de todos os carros vendidos no país e que, se o consumidor abastecer o tanque flex com gasolina – como tem feito desde a disparada do preço do álcool, no início do ano –, não há ganho ambiental algum. Além disso, se o objetivo era mesmo de estimular a compra de carros “ecológicos”, a (por ora) derradeira prorrogação do IPI não deu resultado. De janeiro de 2009 até a adoção do IPI verde, 88,4% dos carros vendidos eram bicompostíveis; nos meses seguintes, essa proporção caiu a cerca de 86%.

Na ocasião em que anunciou o imposto verde, o ministro da Fazenda avisou que, se o governo decidisse decretar novas desonerações, daria privilégio a produtos que poupem energia ou não poluam o meio ambiente. Nesse caso, se de fato houver interesse em medidas estruturantes, de longo prazo, há sempre a possibilidade de consultar o que há tempos vem sendo estudado e sugerido nessa área. Vale a pena, por exemplo, tirar a poeira da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 353/2009. Ela dispõe sobre a "reforma tributária ambiental" e sugere medidas muito semelhantes às já adotadas em países com agendas ambientais progressistas, mas está parada na Câmara há seis meses.

DIFERENÇA SALARIAL CRESCE EM CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

08/03/2010 – Valor Econômico

Completar o nível superior não garante às mulheres a equiparação salarial aos homens. Pelo contrário, revela estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado ontem, Dia Internacional da Mulher. A diferença salarial para os homens aumenta no grupamento de mulheres com mais anos de estudo. "A escolaridade de nível superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres. Pelo contrário, a diferença acentua-se", informa o estudo "Mulher no mercado de trabalho: Perguntas e respostas", feito com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2009.

No setor comercial, por exemplo, a diferença de rendimento para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a favor dos homens. Já na comparação entre empregados com nível superior, a diferença vai a R\$ 1.653,70.

No geral, a diferença entre salários de homens e mulheres recuou em 2009. Em média, o rendimento da mulher é de R\$ 1.087,93, o equivalente a 72,3% dos R\$ 1.518,31 recebidos pelos homens. Na comparação com os dados de 2008, houve leve redução nessa diferença, já que as trabalhadoras recebiam 70,8% do rendimento dos homens naquele ano.

As mulheres inseridas no mercado de trabalho são mais qualificadas do que os homens. Do total de mulheres ocupadas, 19,6% têm nível superior completo. Entre os homens, a proporção é menor, não passando dos 14,2%. Com o ensino médio completo, eram 61,2% das trabalhadoras. Entre os homens, essa proporção é de 53,2%.

MULHERES LIDERAM 36% DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR NO BRASIL

08/03/2010 – Gazeta do Povo

As mulheres estão em 36% dos postos de liderança das cem empresas do ranking Melhores Empresas para Trabalhar, realizado pela empresa de consultoria Great Place to Work. Em números, elas ocupam 19.586 postos de chefia nessas companhias. Em 1997, apenas 11% dos cargos de liderança eram ocupados por mulheres, de acordo com a pesquisa.

Entre as empresas lideradas por elas, inclusive na presidência, estão a Brasilata, Byofórmula, Cultura Inglesa, Ericsson, Instituto Itaú Cultural, Laboratório Sabin, Magazine Luiza, Prezunic, Quintiles Brasil e Zanzini Móveis.

Ainda nas cem empresas do ranking, as mulheres ocupam 43% dos postos de trabalho: são 174.902 mulheres entre os 403.587 profissionais dessas corporações.

A pesquisa revela ainda que a confiança dos funcionários é maior nas empresas geridas por elas: o índice de confiança nas companhias lideradas por mulheres é de 83% contra 81% nas chefiadas por eles.

Satisfação

As mulheres brasileiras, porém, demonstram níveis de satisfação menores do que os homens. O índice de satisfação deles com o trabalho é de 83%, contra 76% das mulheres.

A análise mostra que, apesar de todo o avanço da participação feminina no mercado de trabalho, ainda existem diferenças importantes entre ambos os sexos: a mulher ganha menos, leva mais tempo para atingir cargos de liderança e dedica mais tempo ao estudo, formação e aprimoramento profissional.

Das cem melhores empresas brasileiras, 54 têm sede no estado de São Paulo. Essas empresas contam com 44% de mulheres, sendo 36% dos cargos de chefia (diretoria, gerência e supervisão) ocupados por mulheres.

Mundo

Nos Estados Unidos, dados da pesquisa "100 Best Companies to Work", publicada pela revista Fortune, mostram a ocupação feminina em 46% dos postos de trabalho das melhores empresas e 40% dos cargos de liderança.

No México, a análise da pesquisa "Las Mejores Empresas para Trabajar - Mexico", aponta que a participação feminina é de 45%. Entre os diretores e gerentes, o índice de participação feminina é de 21% e 40%, respectivamente. O índice de satisfação das mulheres mexicanas com a empresa para as quais trabalham é equivalente ao masculino: 78%.

Na Europa, elas compõem 39% da força de trabalho das melhores empresas.

TROCA DE FUNCIONÁRIOS CHEGA A 40% AO ANO

07/03/2010 – Gazeta do Povo

De cada 100 funcionários que iniciam o ano em uma empresa, mais de 40 são substituídos ao longo de 12 meses. A alta rotatividade, mostra uma pesquisa recente da seção paranaense da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-PR), é um dos maiores problemas enfrentados pelos departamentos de RH. A dificuldade em segurar a mão de obra é maior quando a economia está aquecida, como no primeiro semestre de 2008, e se concentra nas funções que exigem menor qualificação.

A pesquisa da ABRH-PR ouviu 101 empresas e apurou que elas tiveram uma rotatividade média anual de 42,9% em 2008. O percentual, considerado alto por especialistas, é similar ao mostrado por pesquisas nacionais e é apontado como uma variável que eleva os custos com seleção e treinamento de pessoal. Esse problema se soma a outra constatação da pesquisa: a retenção de funcionários por mais de 90 dias está em 90% – ou seja, 10% dos contratados não passam do período de experiência. "Há um desperdício de tempo e dinheiro. Muitas empresas pecam na seleção, o que

fica claro no indicador de retenção, e depois na estratégia para manter os que ficam na companhia”, analisa Sônia Gurgel, presidente da ABRH-PR.

A Exal, uma empresa de alimentação empresarial com sede em Curitiba, começou a lidar com esse desperdício há oito anos. Na época, a rotatividade era de 7% ao mês e a companhia decidiu que precisava atacar o problema. “O índice até estava abaixo da média do segmento, que é de 10%, mas não estávamos satisfeitos”, lembra Anderson Ribas de Pontes, coordenador de recursos humanos. “Investimos em treinamento dos gestores para que eles aprendessem a fortalecer as equipes. Também fizemos o possível para nosso pacote de benefícios ser atraente e conhecido pelos funcionários”, conta.

A estratégia deu resultado e hoje a rotatividade está em 4% ao mês, mesmo em um momento de crescimento do quadro de funcionários e em um mercado aquecido – nos últimos três anos, a Exal contratou 250 pessoas e tem hoje 700 colaboradores. “Temos funcionários com oito, dez anos de casa, e tentamos valorizá-los. Nossa meta é chegar a uma rotatividade de 2%”, diz Pontes.

A rotatividade é natural dentro de qualquer companhia – por questões de carreira, adaptação ou de demandas do mercado, as pessoas mudam de emprego durante a vida produtiva, o que provoca uma troca de experiências que é saudável para as organizações. Ela se torna um problema, no entanto, quando é rápida e não permite a consolidação de uma cultura dentro da empresa. “Valores, conhecimento e cultura ajudam no desempenho das companhias, mas só se formam com o tempo. O giro de pessoas, mesmo que nas funções mais simples, atrapalha no desenvolvimento de uma estratégia empresarial”, explica Sônia.

Liderança

Apesar de a rotatividade ser maior entre funcionários com pouca qualificação, é preciso olhar para o topo da hierarquia da organização para solucionar o problema. “As empresas no Brasil têm a cultura de focar no resultado e, para isso, colocam em primeiro lugar a capacitação técnica”, diz a especialista em gestão de recursos humanos Nancy Malschitzky, professora da FAE Centro Universitário. “Quando isso acontece, o fato de as pessoas serem a fonte dos resultados fica em segundo plano. É preciso enfatizar a capacitação para lidar com pessoas.”

A identificação e treinamento de lideranças capazes de criar laços de confiança em suas equipes é uma das sugestões dos especialistas para superar a rotatividade. O conselho vale para empresas de todos os portes e todos os níveis hierárquicos. Tanto supervisores de chão de fábrica quanto executivos precisam acomodar demandas e expressar com clareza o que esperam dos funcionários. “Hoje muitas empresas têm dificuldade em fazer isso com as gerações mais novas, que querem mudanças mais rápidas e são mais curiosas”, conta Nancy.

Método está disponível

Para as empresas interessadas em fazer uma comparação com companhias do mesmo setor, a ABRH-PR e a Bachmann & Associados deixam à disposição em seus sites na internet a metodologia usada na pesquisa referente a 2008. Ela mede, além da rotatividade e da retenção por mais de 90 dias, itens como absenteísmo, grau de escolaridade, taxas de acidentes e de afastamento médico, entre outros. A associação também está organizando a pesquisa referente a 2009, e ainda aceita a adesão de empresas que queiram fornecer seus dados para o levantamento.

Rotatividade - Problema varia conforme o setor

A rotatividade tende a ser maior em funções de baixa capacitação, nas quais os salários são menores, e se acelera em momentos de maior aquecimento do mercado de trabalho. O indicador mensal de rotatividade da mão de obra apresentado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho passou por uma fase de aceleração no primeiro semestre de 2008, antes de a crise abalar as contratações. O índice médio naquele ano foi de 4,42%, meio ponto porcentual acima do visto em 2007, refletindo a maior oferta de vagas até outubro. No ano passado, o indicador voltou a recuar. Segundo os dados do Caged, os setores com maior rotatividade são a construção civil e o varejo – área que ficou em primeiro lugar na pesquisa da ABRH-PR referente a 2008.

Na prática, os indicadores de rotatividade servem para que as empresas guiem suas ações. Segundo Dorian Bachmann, da consultoria Bachmann & Associados, que organizou a pesquisa da ABRH-PR, os departamentos de recursos humanos precisam ficar atentos ao comportamento de empresas do mesmo segmento para entender melhor seus próprios indicadores. “Notamos, por exemplo, uma rotatividade muito alta no setor de varejo. Mas parece que é uma área que naturalmente convive com um índice alto. Já na área de educação, que depende muito da capacitação dos profissionais, o indicador tende a ser mais baixo”, explica. No setor de educação, a empresa com maior rotatividade na pesquisa apresentou uma taxa anual de 53%, contra uma média de 31%. “É um ponto de partida importante para essa empresa analisar o que está ocorrendo.”

Inserido em um dos segmentos com maior rotatividade, o da construção civil, o diretor da Nakid Construções, Nelson Elias Nakid, diz encontrar dificuldade em segurar profissionais que já estão em falta, como carpinteiros, pedreiros de acabamento e operadores de equipamentos. “Tentamos inventar maneiras de dar algum benefício a mais, um vale alimentação melhor, um salário um pouco melhor. Mas muita gente troca de trabalho por pouca coisa e temos uma limitação muito grande por causa dos encargos.”

Na rede de hotéis Mabu, que tem 400 funcionários e opera em outro segmento com rotatividade alta, a estratégia foi melhorar o processo de seleção e admissão. “Isso aumenta as chances de adaptação dos funcionários, que desde o começo precisam saber que queremos que eles cresçam na empresa”, comenta Denise Mauad Abujamra, diretora de recursos humanos do Mabu. Ela conta que também são feitos programas de treinamento das chefias para melhorar a gestão das equipes. “Temos vários casos de pessoas que passaram de mensageiros a gerentes.”

NOVO PRESIDENTE DA CNI SERÁ DE MINAS GERAIS

09/03/2010 – O Estado do Paraná

Os mineiros finalmente conseguiram chegar à presidência da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), onde, desde 1954, há uma espécie de rodízio entre paulistas e nordestinos. O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e do grupo Orteng, Robson Andrade, será o candidato da chapa única nas eleições para suceder o atual presidente, o deputado federal Armando Monteiro Neto, de Pernambuco.

A eleição será em maio e o novo presidente toma posse em outubro. Na prática, porém, Andrade poderá assumir o comando da CNI a partir de 1º de junho. Armando Monteiro Neto deixará o cargo para disputar uma vaga ao Senado pelo PTB. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que é vice-presidente, deveria assumir o lugar como interino. Mas também tem pretensões políticas e vai se afastar da CNI.

Nos bastidores da política mineira, há quem garanta que a ascensão de Robson tem relação com as pretensões nacionais do governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Conhecido por implementar um modelo de gestão pública em parceria com o empresariado mineiro, Aécio precisava ter como aliada uma entidade de repercussão nacional. E, em termos de repercussão, só mesmo a CNI para conseguir espaço na mídia equivalente ao da Fiesp, já que a voz da Fiemg não costuma ser ouvida fora de Minas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

MANTER A PRESSÃO PARA CONQUISTAR A SEMANA DE 40 H

08/03/2010 – Gestão Sindical

As centrais sindicais (Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, NCST e UGT) resolveram intensificar as manifestações de protesto em Brasília e aprofundar as negociações com os parlamentares para apressar a votação ainda no primeiro semestre deste ano da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas por semana, com a manutenção dos salários.

A resolução foi tirada em 1º de março durante o Fórum das Centrais Sindicais. Segundo os dirigentes sindicais, muitos deputados não têm conhecimento sobre os benefícios que a semana menor trará para o país e para os trabalhadores. Um dos sindicalistas disse que estudo do Dieese que detalha estes benefícios vai ser entregue para os parlamentares para ser debatido.

Mais empregos

O secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, destacou que a diminuição da carga de trabalho tenderá a criar perto de 2,2 milhões de novas vagas no país, provocando um impacto quase desprezível no custo das empresas — um aumento de 1,99% no custo total da produção, de acordo com levantamento do Dieese.

“Além de ser uma reivindicação solidária, uma vez que se todos trabalharem menos serão abertas milhões de novas vagas, vamos elevar a qualidade de vida do trabalhador que terá mais tempo para o lazer, estudo e convívio familiar”, frisa Juruna.

Vigília

Por isso, continuou ele, os sindicalistas farão vigília em Brasília em março e abril para manter a pressão sobre o Parlamento e fazer a entrega do estudo do Dieese para os deputados.

Durante a reunião das centrais ficou definido também a criação de um grupo de trabalho, formado por dirigentes e assessores das centrais que, em parceria com o Dieese, vai elaborar o documento unitário com as reivindicações do movimento sindical e dos trabalhadores.

Pauta unitária

Constará do trabalho temas como a manutenção do crescimento econômico, políticas de geração de emprego, redução da jornada de trabalho, aprovação das Convenções 151 e 158 da OIT, entre outras. "Este documento será entregue aos candidatos a presidente da República, pois queremos o comprometimento deles com as reivindicações unitárias dos trabalhadores", explica a presidente da Força Sindical-AP, Maria de Fátima Coelho.

Para o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, Nilton Souza Silva, o Neco, a prioridade é manter a unidade acerca da agenda da classe trabalhadora, deixando as divergências de lado. "O que nos une são as questões dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras", ressalta.

Fonte: Força Sindical

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 5/3/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/centrais/materia.asp?idmateria=3011>

RFB DIVULGA NOVAS REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DO DACON

08/03/2010 – Notas COAD

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, 8/3, a Instrução Normativa 1.015 RFB/2010 que atualiza as normas para apresentação do DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.

Segundo a IN 1.015/2010, as pessoas jurídicas que apresentaram DCTF semestralmente no ano-calendário de 2009 ficam dispensadas da utilização obrigatória da assinatura digital, para apresentação dos DACON referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010.

Enquanto não disponibilizado novo programa gerador, o DACON deverá ser elaborado mediante a utilização do programa DACON Mensal-Semestral. O DACON será considerado apresentado na periodicidade mensal, qualquer que seja a marcação no quadro "Periodicidade de Entrega" da ficha "Novo Demonstrativo".

O DACON deve ser apresentado até o 5º dia útil do 2º mês subsequente ao mês de referência.

IGP-DI REGISTRA VARIAÇÃO DE 1,09% EM FEVEREIRO

08/03/2010 – Notas COAD

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 1,09%, em fevereiro, taxa superior à registrada em janeiro, de 1,01%. Os componentes do IGP-DI registraram as seguintes trajetórias, na passagem de janeiro para fevereiro: IPA (Índice de Preços por Atacado), de 0,96% para 1,38%, IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de 1,29% para 0,68%, e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), de 0,64% para 0,36%. O IGP-DI de fevereiro foi calculado com base nos preços coletados entre os dias 1º e 28 do mês de referência.

Fundação Getúlio Vargas

COMISSÃO IRÁ ANALISAR A ASSINATURA BÁSICA DO TELEFONE

08/03/2010 – Notas COAD

O presidente da Câmara, Michel Temer, assinou o ato de instalação da comissão especial para analisar o Projeto de Lei 5476/01, que acaba com a cobrança de assinatura básica para telefones fixos. Há dois anos o projeto está parado, aguardando a instalação da sua comissão, criada em março de 2008 pelo então presidente da Casa, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). O projeto é do deputado Marcelo Teixeira (PR-CE).

O apelo popular da proposta pode ser medido pela quantidade de pessoas que o apoiam pelo serviço 0800 da Câmara. Desde 2004, ela foi objeto de 1,343 milhão de ligações e, desde outubro do ano passado, há um ramal exclusivo para este projeto. Só no ano passado, as ligações de apoio ao texto representaram 44% de todas as ligações recebidas pelo serviço.

Para o ato vigorar, no entanto, a Mesa Diretora da Casa ainda aguarda a indicação de três nomes – um do PT e dois do DEM – para concluir a composição da comissão, que terá 17 deputados. Na última quarta-feira, a Mesa cobrou dos partidos a indicação final para que a instalação seja formalizada.

O líder do DEM, deputado Paulo Bornhausen (SC), se disse surpreso com a decisão de instalar a comissão porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que a cobrança da assinatura básica foi um item central dos contratos firmados entre o governo e as empresas de telefonia na época da privatização e, por isso, não pode ser questionada. “Eu vou perguntar ao presidente Temer os motivos de instalar essa comissão, exatamente em um ano eleitoral, para analisar um assunto vencido há dois anos”, declarou. “Isso acaba trazendo insegurança jurídica ao setor”, acrescentou.

O STJ, de fato, vem se manifestando favoravelmente à manutenção dos contratos e, segundo sua assessoria, não aceita questionamentos sobre a tarifa básica, prevista na Lei Geral das Telecomunicações. Instâncias judiciais inferiores, no entanto, já se manifestaram de forma diferente. Em 2005, a 2ª Vara Federal de Brasília suspendeu provisoriamente a cobrança em todo o Brasil e fixou multa diária de R\$ 100 mil às concessionárias que não cumprissem a decisão.

Os contratos das empresas de telefonia com o governo têm duração de 20 anos e são revisados a cada cinco. Eles foram renovados em 2005, sete anos depois da privatização do setor (1998), e a primeira revisão promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está em fase final de redação, para vigorar entre 2011 e 2015. Apesar de algumas condicionantes estarem sendo alteradas, a assessoria da agência garante que a tarifa básica não foi objeto de discussão e vai prevalecer.

Segundo a Anatel, a cobrança da assinatura básica garante a oferta de telecomunicação e não existe para pagar pelo serviço utilizado. Ou seja: a tarifa básica serve para manter a infraestrutura do sistema que permite a instalação de redes individuais, chegando à casa do consumidor. Já a remuneração do serviço efetivo é feita por meio da cobrança dos pulsos telefônicos.

Apesar da polêmica, o líder do PT, deputado Fernando Ferro (PE), apoiou a instalação da comissão e afirmou que vai escolher o representante do seu partido entre os integrantes do PT na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. “Acho que o assunto é justo e podemos aproveitar a comissão especial para fazer discussões mais acaloradas sobre o tema”, declarou. “Defendo que se faça uma

discussão mais ampla, sobre, por exemplo, os motivos que fazem com que as tarifas de celular cobradas no Brasil sejam as mais altas do mundo”.

Em fevereiro, a consultoria europeia Bernstein Research apontou o Brasil como o país com a segunda mais cara tarifa de telefonia celular do mundo, atrás apenas da África do Sul. O estudo levou em conta o Produto Interno Bruto (PIB) e os preços médios das tarifas em 17 países.

Segundo a consultoria, as operações de telefonia móvel realizadas no Brasil custam, em média, 24 centavos de dólar o minuto, enquanto países como Indonésia (1 centavo de dólar o minuto) e China (3 centavos de dólar por minuto) possuem as tarifas mais baixas. Na África do Sul, esse valor é de 26 centavos de dólar o minuto. Rússia, Egito e México têm tarifas médias de 5 centavos de dólar por minuto, mesmo valor cobrado nos Estados Unidos.

Agência Câmara

INSS DOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E DOMÉSTICOS VENCE EM 15/03

08/03/2010 – Notas COAD

No dia 15/03 (segunda-feira), vence o prazo para recolhimento, sem os acréscimos legais, da contribuição previdenciária relativa à remuneração de fevereiro/2010.

Estão obrigados ao recolhimento da contribuição os contribuintes individuais, quando for o caso, e os empregados domésticos.

Os códigos para recolhimento na GPS, dentre outros, são os seguintes 1007 (Contribuinte Individual - Rec. Mensal) 1600 (Empregado Doméstico - Rec. Mensal). Os demais códigos podem ser consultados no Portal COAD.

Nas localidades onde não houver expediente bancário, o cumprimento desta obrigação pode ser prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

CÓPIA DA GPS DEVE SER ENCAMINHADA AO SINDICATO ATÉ O DIA 10/03

08/03/2010 – Notas COAD

Cópia da GPS deve ser encaminhada ao sindicato até o dia 10/03

Todas as empresas deverão encaminhar ao Sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados cópia da GPS - Guia da Previdência Social, relativa ao mês de fevereiro/2010

MULTA POR FALTA DE ENTREGA: R\$ 185,61 a R\$ 18.561,52 para cada competência que não tenha sido enviada

CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE GERA INDENIZAÇÃO A EMPREGADA

08/03/2010 – Notas COAD

Quando mais precisava de assistência médica, uma empregada que trabalhava como caixa na loja de conveniência de um posto de gasolina Esso no Rio de Janeiro foi surpreendida com o cancelamento do seu plano de saúde. Ela reclamou na justiça, ganhou o plano de volta e indenização no valor de setenta salários mínimos. A

sentença regional foi mantida após a rejeição de um agravo de instrumento das empresas condenadas solidariamente, pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

O 1º Tribunal Regional afirmou que a supressão do plano de saúde não poderia ter acontecido durante o período de suspensão do contrato de trabalho da empregada que estava de licença médica. A loja havia encerrado suas atividades naquele posto, mas o Regional condenou solidariamente a empresa de combustível e a Esso Brasileira de Petróleo Limitada pelas verbas devidas à empregada. O Regional entendeu que a questão estava relacionada a um estabelecimento único, uma vez que a loja de conveniência funcionava nas instalações do posto.

Ao analisar o recurso das empresas no TST, o ministro Renato de Lacerda Paiva constatou que, ao contrário do seu entendimento de que a interrupção do tratamento da empregada deveria ser entendida como "mero dissabor de ordem cotidiana", o acórdão regional destacou que a supressão do plano de saúde ocorreu no momento em que a trabalhadora mais precisava, pois estava em tratamento fisioterápico e com cirurgia marcada, situação que era do conhecimento do empregador.

De acordo com os fatos registrados, o Tribunal Regional relacionou o caso corretamente aos conceitos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, que dispõe sobre a obrigatoriedade de quem prejudicar outra pessoa a reparar os danos causados a ela, ainda que exclusivamente moral, afirmou o relator.

O recurso chegou ao TST por meio de agravo de instrumento das empresas condenadas solidariamente. Como o recurso foi rejeitado, ficou mantida a decisão regional condenando o posto de combustível e a empresa de petróleo Esso. (AIRR-45940-49.2006.5.01.0058)

FONTE: TST

PROPOSTA SOBRE IGUALDADE DE APOSENTADORIA RECEBE CRÍTICAS

09/03/2010 – Notas COAD

No Dia Internacional da Mulher, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou-se contrário à proposta de igualar o tempo de serviço de mulheres e homens, para fins de aposentadoria. Hoje, elas podem se aposentar pelo INSS aos 30 anos de trabalho, enquanto para os homens este prazo é de 35 anos.

- É inaceitável. Elas têm dupla jornada de trabalho. Trabalham fora e em casa. Os homens brasileiros não costumam se dedicar aos afazeres domésticos depois do trabalho, como acontece com as mulheres - justificou o senador.

Paim recomendou que os homens aceitem que as mulheres tenham condições de igualdade no mercado de trabalho, como salários idênticos para os mesmos serviços. Mais: elas têm que ter mais acesso aos cargos de chefia e aos cargos e mandatos políticos.

Lembrou que a lei reserva às mulheres 30% das vagas de candidatos nos partidos políticos, mas elas mal chegam a ocupar 10% dos mandatos na Câmara Federal e no Senado. O senador pediu que o Congresso ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Paulo Paim pediu ainda ao governo campanhas de esclarecimento para que a Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica contra as mulheres, seja aplicada integralmente.

- Infelizmente, somente 40% das mulheres que sofrem violência acabam levando a situação a uma delegacia. Sessenta por cento dos fatos e atos cometidos contra as mulheres são ainda ocultos - lamentou.

FONTE: Agência Senado

QUOTAS DO IRPJ E CSLL VINCENDAS EM 31/3 TERÃO 1,59% DE JUROS

09/03/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (lucro real, presumido ou arbitrado) que optaram pelo pagamento parcelado do IRPJ e da CSLL apurados em cada trimestre deverão acrescer a cada quota do imposto e da contribuição, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

Sendo assim, a 3ª quota do IRPJ e da CSLL relativa ao 4º trimestre/2009, que vencerá em 31-3-2010, se recolhida no período de 1 a 31-3-2010, deverá ser acrescida de juros de 1,59%, a ser informado no campo 9 do DARF.

PROPOSTA MODIFICA SIGILO BANCÁRIO EM CASO DE INQUÉRITO

09/03/2010 – Notas COAD

Toda autorização judicial que der acesso a dados sigilosos de operações bancárias e de demais instituições financeiras será automaticamente estendida a todos os órgãos públicos de fiscalização que tenham interesse no caso e competência legal para a função. Essa é uma das inovações contida em proposição na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta terça-feira (9).

A proposta, que tem por objetivo dar mais eficiência à ação penal por parte do Estado no que se refere ao sigilo das operações de instituições financeiras, revoga a lei atual sobre o tema (Lei Complementar nº 105 de 2001), substituindo-a por um novo texto.

A matéria em exame é um substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a dois outros projetos, um (PLS 418/03), do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e outro (PLS 49/05) do então senador Antero Paes de Barros. O relator tomou este último texto, por ser mais abrangente, como base para a nova lei que está propondo.

Em seu relatório, Camata observa que o projeto busca aprimorar o tratamento jurídico dado ao sigilo das operações financeiras, tema que vem sendo repensado em diversos países. Ele lembra também que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, presidida por Antero Paes de Barros, a qual tinha por objetivo apurar a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro entre 1996 e 2002 no Brasil, mostrou a necessidade de alterar o tratamento jurídico dado ao sigilo bancário.

Segundo Camata, a nova lei permitirá maior agilidade na obtenção de dados protegidos por sigilo bancário e, ao mesmo tempo, preservará o direito ao sigilo constitucional. Além disso, institui penalidades para os indivíduos que, de posse de informação sigilosa, façam uso indevido dessas informações.

Outra novidade é o poder concedido ao Ministério Público para determinar o bloqueio administrativo de valores diretamente à instituição financeira ou ao órgão de fiscalização competente. O objetivo é aumentar a probabilidade de recuperação de valores obtidos ilegalmente, impedindo que o infrator desvie esses recursos durante o processo judicial e minimizando os prejuízos ao erário. Para limitar, contudo, o poder excessivo que esse dispositivo daria ao Ministério Público, o relator sugeriu que o bloqueio seja temporário e que seja previamente aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Depois de passar pela CAE, a proposição terá que ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agência Senado

HORÁRIOS INVARIÁVEIS NÃO VALEM COMO PROVA DE HORAS EXTRAS

09/03/2010 – Notas COAD

Cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova ao empregador. Esse entendimento do TST está registrado na Súmula 338, III, e foi com base nele que a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu sentença que mandava pagar as horas extras pleiteadas por um empregado da Hoerbiger do Brasil Indústria de Equipamentos Ltda.

O trabalhador recorreu ao TST, alegando contrariedade à Súmula 338 na decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), que julgou improcedente seu pedido de diferenças de horas extraordinárias. Para sustentar seus argumentos, anexou cópia de outro acórdão com entendimento contrário ao do TRT/BA, comprovando a divergência jurisprudencial.

Entendeu o Regional que, quando a empresa contesta os horários apresentados na petição inicial na reclamação do trabalhador, não devem ser invertidos os ônus da prova das horas extras somente porque existem registros invariáveis nos cartões de ponto. Para o TRT, permanece como obrigação do obreiro fazer a prova do fato que ele alega ser seu direito.

Ao examinar o recurso de revista do trabalhador, o ministro Emmanoel Pereira, relator, verificou que já existe entendimento predominante quanto ao tema, na Súmula 338, III. Diante disso, a Sexta Turma reformou a decisão do Regional e restabeleceu a sentença. (RR - 119700-10.2006.5.05.0029)

FONTE: Assessoria de Comunicação Social - TST

MUDANÇA DE SETOR NÃO CARACTERIZA TRANSFERÊNCIA

09/03/2010 – Notas COAD

Os ministros da Sexta Turma do TST acolheram apelo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que teve seu recurso ordinário rejeitado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI), em relação à legalidade do ato de mudança da lotação de um empregado.

O TRT julgou que a ECT tinha o direito de mudar a lotação do seu empregado, mas considerou o ato uma transferência ilegal, visto que não foi comprovada a necessidade do serviço, conforme exige a Súmula 43 do TST. Em razão dessa análise, o Regional manteve a sentença que determinara o retorno do empregado à sua função de origem no Centro de Distribuição Domiciliária Centro /Teresina.

Em seu recurso ao TST, a ECT esclareceu que o empregado era lotado na unidade CDD Centro/Teresina e dali, por determinação administrativa, foi para o CDD Itacaré, dentro da mesma cidade. A empresa alegou não estar caracterizada a transferência do empregado, uma vez que não houve mudança de domicílio, e sim modificação da unidade de trabalho.

Argumentou ainda a ECT que, mesmo se houvesse ocorrido a transferência, essa, - contrariamente à conclusão do Regional - não poderia ser considerada ilegal, pois estaria conforme o contrato de trabalho celebrado entre as partes.

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator do processo na Sexta Turma, concluiu não ter havido abusividade no ato administrativo da ECT. A atitude da empregadora, a seu ver, apenas reflete "a prática de um direito discricionário da administração". Ressaltou também o relator que a possibilidade de o empregado ser lotado em outra unidade da ECT já era prevista no edital do concurso a que ele se submetera.

Assim, a Sexta Turma do TST, alegando contrariedade à Súmula 43/TST e ofensa ao art. 469, caput, da CLT, acolheu unanimemente o recurso da empresa e deu-lhe provimento para excluir da condenação a determinação de retorno do empregado à unidade CDD Centro/Teresina. (RR 182700-54.2007.5.22.0003)

FONTE: Assessoria de Comunicação Social - TST